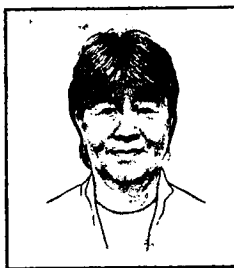


966117M82

# Um presente de aniversário

RBR

**S**eria um retrocesso negar ao Plano Real o presente da desindexação da economia na data de seu primeiro aniversário, a 1º de julho. Um presente sem pacotes, apenas uma caixa vazia das regras que amarraram a economia nos últimos 30 anos. Esse é o desdobramento natural de um programa econômico que, sem congelamentos de preços e salários ou qualquer outra medida de força, conseguiu derrubar a inflação de 40% ao mês para menos do que isso no primeiro ano. A idéia da desindexação saiu das fronteiras da equipe econômica e esta semana ganhou a adesão do presidente Fernando Henrique Cardoso. Discute-se agora como fazê-la e a medida provisória parece inevitável (no final deste artigo voltamos a essa questão). O desejo da equipe que Fernando Henrique Cardoso levou para o governo Itamar Franco era desindexar a economia já no nascedouro do plano. Não foi possível em decorrência de um acordo com o Congresso, que acabou criando o IPC-r para indexar salários e ainda manteve o mercado financeiro e os impostos atrelados à inflação passada. Mas por que a desindexação é fundamental para o futuro do plano e o que é preciso acontecer para que ela não se transforme numa arma contra os trabalhadores?



**A equipe econômica não quer é correr riscos na hora de desindexar**

A aspiração pela desindexação é antiga, era o item mais importante do programa de governo de Tancredo Neves, há dez anos. Já nessa época, o diagnóstico consensual apontava o vício de olhar para o passado a cada reajuste de preço como poderoso alimento de expansão da inflação futura. As tentativas de planos econômicos em profusão para exterminar esse vício tiveram vida muito curta. Desta vez du-

neste momento, com expectativa de queda em todos os índices de inflação nos próximos meses. Portanto, à primeira vista, há ambiente propício para deflagrar a ambicionada desindexação e caminhar para o sonho da inflação de um dígito anual. Evidentemente a desindexação isolada não opera milagres. O governo parece seduzido pela prática de reprimir os gastos na boca do caixa, espalhando injustiças na área social, e não faz o dever de casa: enviar para o Congresso as reformas fiscal e tributária que ajudarão a conter a inflação.

Até janeiro último o Plano Real vivia no melhor dos mundos: inflação em queda e economia e emprego em crescimento. Do ponto de vista político esse seria o cenário ideal para a desindexação acontecer: com o emprego em expansão os trabalhadores podem dispensar a proteção da lei e não temem ne-

gociar livremente salários com empresários. Muitas vezes, porém, política e economia caminham desencontradas. Um integrante da equipe econômica revelou a esta articulista que a estratégia de aperto na política monetária — compulsório e juros altos — visa justamente forçar a queda da inflação e preparar o desaquecimento da economia para o momento da desindexação. Ou seja, o governo quer evitar dar a partida à livre negociação salarial em ambiente favorável ao crescimento desmedido de salários, o que exporia a economia ao risco de elevação de preços. E tudo o que a equipe econômica não quer é correr riscos na hora de desindexar. Tirar do governo o poder de controlar salários — componente essencial na administração de uma economia — é um passo sério demais para ser dado errado.

Porém, se o desaquecimento é importante para o sucesso da desindexação no seu início, tem a desvantagem política de criar um sentimento de hostilidade no Congresso para a proposta do governo. Tudo indica que ela seguirá sob a forma de medida provisória, o que deixa o Congresso impotente para alterá-la, diante do fato consumado. A outra alternativa seria o projeto-lei, instrumento a que o governo dificilmente recorrerá por correr o risco de vê-la examinada e aprovada muito depois do dia 1º de julho, data marcada para deflagrar a desindexação. Mesmo que o governo adote a MP é fundamental que o ministro do Trabalho, Paulo Paiva, inicie já conversas com os partidos para mostrar que a pro-

posta do governo não é nenhum bicho-papão, nem deixa os salários na orfandade, como temem parlamentares e sindicalistas. O deputado Paulo Paim (PT-RS) já avisou: "livre negociação não passa no Congresso". Ele está enganado. Passará via MP, mas cabe ao governo convencer o deputado, mostrar que a infinidade de políticas salariais aplicadas nos últimos 30 anos enganaram os trabalhadores gerando mais inflação e não protegiam os salários, como aparentemente faziam crer.

Paim, a maior parte dos parlamentares e sindicalistas fazem parte de uma geração que não conheceu outra forma de relação com empresários que não passasse pelo arbítrio e interferência do governo, através de regras de políticas salariais. É natural, portanto, que reajam contra o desconhecido fim do paternalismo. No entanto, o governo precisa fazer sua parte, impedindo que a política de arrocho contra o crescimento econômico se prolongue por muito tempo. Do contrário, a desindexação salarial pode se transformar numa arma contra os trabalhadores. E a Justiça do Trabalho, com seu desvirtuado poder de legislar, vai acabar arbitrando reajustes salariais. Sem fundamentos econômicos para determinar um reajuste correto, a velha Justiça do Trabalho pode recorrer à inflação passada e simplesmente aplicar um índice de preços qualquer. Em português claro, é a volta da indexação, é tudo o que a equipe econômica não quer.